REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA

Alcides Magela Ramos Pereira

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo discutir acerca das possibilidades e desafios do Projeto de Remição pela Leitura para a recuperação e ressocialização dos encarcerados. Acredita-se que a partir da condenação, os detentos precisam ter meios para se reintegrar à sociedade, em momento oportuno, em condições diferentes e melhores do que vieram, a fim de se reintegrar socialmente de modo responsável. A ideia de remição está intimamente ligada à de pena, que é a sanção imposta pelo Estado, por meio de ação penal ao criminoso, como retribuição ao delito perpetrado e prevenção a novos crimes. Nessa perspectiva, pensar a condição carcerária como um possível espaço educativo e de remição de pena, pode-nos, num primeiro momento, parecer um tanto ousado, ou utópico, porém as pesquisas têm apontado que há um relativo crescimento da Educação Prisional, com projetos educativos que se desdobram nas cadeias, visando a (trans)formação do detento, associada à possibilidade de redução penal. Nesse contexto, destaca-se o Projeto de Remição pela Leitura, que agrega em seu bojo de propostas, desafios e possibilidades. Para uma melhor viabilidade e sucesso do referido projeto, foi proposta a Recomendação número 44 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de 26/11/2013, que amplia as possibilidades de remição de pena por meio “atividades educacionais complementares” associadas à literatura, mais especificamente a leitura de obras diversas. Para a realização da pesquisa, utilizou-se como metodologia a Revisão Bibliográfica incluindo autores como JULIÃO (2008), MIRABETE (2002) e NÓVOA (2005) que versam sobre a temática posta. O referencial teórico baseia-se, sobretudo, na Lei de Execução Penal e suas atualizações, bem como no entendimento à Recomendação nº 44/2013 do CNJ a partir da Portaria Conjunta nº 276/2012 CNJ/Depen. A pesquisa indicou como resultados, que há desafios de natureza estrutural, relacional e pedagógica/metodológica que nos convocam a refletir e buscar saídas, na mesma medida em que nos revela interessantes caminhos de sucesso quando há o esforço conjunto e consciente de todas as pessoas, de educadores e alunos (presos), que se envolvem com o projeto de maneira responsável e confiante de que a educação é a grande propulsora da transformação humana.

Palavras-chave: Pena. Educação Prisional. Remição pela Leitura. Desafios. Possibilidades

1 - Para início de conversa...

A complexa condição humana é um permanente convite à reflexão. Pensar os sujeitos a partir de ideias pré-concebidas ou de parâmetros comportamentais previamente estabelecidos provoca relações muito limitantes, além do que embaça a

realidade e turva as perspectivas positivas de convivência. É comum deparar-se com uma sociedade que se sente confortável e pronta o suficiente para definir que, a relação que se deve estabelecer com o erro do outro é de punição, mas frente ao próprio erro, deve-se haver compreensão visto que para o segundo dizem haver causas que justificam as consequências.

No entanto, acolher o outro não significa acolher o erro do outro, ou ser condescendente com os equívocos de uma ação, mas estabelecer um olhar sensível sob a condição de vulnerabilidade pessoal a qual todos nós estamos expostos. Sob essa perspectiva o sistema jurídico se debruça e tem buscado ao longo do tempo, como expressão de justiça, criar propostas e programas com vistas à reabilitação de detentos, à remição, para que este possa olhar para sua condição carcerária para além de um processo punitivo, como um meio pelo qual ele possa compreender melhor a sua realidade e incidir sobre ela de forma positiva. Visa criar condições para que o detento seja um agente ativo, construtor, capaz de lidar com novas oportunidades de aprendizado em prol de mudanças significativas em nível social e pessoal.

É importante destacar a educação como o relevante princípio formativo, instrumento de transformação humana, meio pelo qual o acesso ao conhecimento se apresenta como ampla possibilidade de sensibilizar as emoções, de despertar novos olhares sobre as experiências, em que os saberes produzidos pela arte, ciência e cultura de modo geral, são agentes provocadores de novos modos de ser, pensar e agir frente à realidade. Mesmo porque a função da Pena não é de causar sofrimento físico ou psíquico ao sentenciado. Diferente disto, a Pena tem a função de retribuir o mal causado à sociedade.

Com fins de remição e ressocialização de presos, as ações educativas nos espaços carcerários não é novidade. Haja vista que no Brasil atualmente têm-se várias escolas prisionais, em permanente crescimento que expressam uma pedagogia com identidade própria (e em permanente construção), revelando-se para a sociedade com desafios e possibilidades. Diversos projetos de viés pedagógico, oficinas de trabalho, ou atividades associadas a arte-educação podem ser desenvolvidos nesses espaços, tais como: grupo de teatro, laboterapia, atividades físicas, dentre outros.

Dentre essas ações destacamos o Projeto de Remição por meio da Leitura, proposto pela Resolução n. 44 do Conselho Nacional de Justiça.

A remição pela leitura visa propiciar a recuperação do detento, por considerar a leitura como princípio fundamental no processo educativo. Acredita-se que ela é capaz

de ampliar a visão de mundo, aumentando a preocupação do indivíduo com o que é certo ou errado, uma vez que o mesmo passa a saber discernir melhor uma coisa da outra.

Para estabelecer-se como uma proposta remissiva de relevância, que atinja os objetivos a que se propõe, e mais, para que se firme como proposta de remição que transforme o sujeito e traga uma devolutiva positiva à sociedade, possivelmente encontrará desafios de implementação e possibilidades às quais tem como objetivo conhecer e discutir nesse trabalho, por meio de uma revisão bibliográfica.

As ideias elencadas, têm o objetivo de apontar os desafios e possibilidades acerca do projeto de remição pela leitura, projeto este que visa não somente a redução no tempo de pena dos condenados, mas sim, uma forma de que os mesmos possam trabalhar o intelecto no sentido do bem, viabilizar o aprimoramento moral, e também pessoal, alguma forma de se melhorar enquanto pessoa e, conseqüentemente, uma nova perspectiva quando do retorno junto ao convívio social.

A metodologia, ora desenvolvida, é de revisão bibliográfica, que pautou-se em alguns autores como Julião, Mirabete, Zacarias, Nóvoa, Constituição Federal, Emenda Constitucional Nº 59, de 11/11/2009, dentre outros.

Como resultados a pesquisa indicou que há desafios de natureza estrutural, relacional e pedagógica/metodológica que necessitam ser refletidos e bem cuidados para que a remição de fato aconteça, e ainda, quando há o esforço conjunto e consciente de diversas pessoas do sistema prisional, de educadores e alunos (presos) , que se envolvem com o projeto de maneira responsável e confiante de que a educação é a grande propulsora da transformação humana, é possível redimir o preso, dando-lhe novos meios de se integrar à sociedade de maneira mais consciente e responsável.

2 – Educação e transformação: mais que uma rima, um caminho de remição

A LDB, considerada a Lei maior da Educação Brasileira, embasada na Constituição Federal, apesar de não fazer menção, especificamente, à educação nas prisões, estabelece em seu Art. 4º que O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – universalização do ensino médio gratuito [...]
VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; [...] (BRASIL, 1996).

Assim, a publicação das Diretrizes Nacionais, especificamente para a oferta de educação para os sujeitos privados de liberdade, de alguma maneira e mesmo que tardia, significa a configuração da responsabilidade do Estado para com a educação nos estabelecimentos penais. Porém, apesar de esse documento normativo garantir a exigibilidade jurídica do direito à educação, na prática, ele encontra dificuldades para implementação, apontado pelas pesquisas na área.

A Declaração Universal dos Humanos e, posteriormente, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, quando principiam a educação como direito de todas as pessoas, constituem as referências primeiras a fundamentar a educação nos espaços de privação de liberdade.

O Marco dos Direitos Humanos das Nações Unidas está constituído primordialmente por dois documentos de interesse para a educação em estabelecimentos penitenciários. O primeiro, a Declaração Universal de Direitos Humanos, foi aprovada pela Assembleia Geral em 10 de dezembro de 1948 em sua Resolução 217 A (III). No artigo 26, declara expressamente, entre outras coisas, que „*toda pessoa tem direito a educação*“. Implicitamente, este direito não só inclui a educação básica técnica e profissional, mas também o direito ao desenvolvimento da própria personalidade na maior medida possível. O segundo instrumento é o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, aprovado pela Assembleia Geral em sua Resolução 2200A (XXI), de 16 de dezembro de 1966 e que está em vigor desde 03 de janeiro de 1976. Nos seus artigos 1º e 14, proclama especificamente o direito de toda pessoa à educação. [...] No seu artigo 15, reconhece o direito de toda pessoa participar da vida cultural e gozar de seus benefícios. Estes dois instrumentos de direitos humanos internacionalmente reconhecidos, assinados por muitos dos Estados Membros das Nações Unidas, constituem o marco normativo para posteriores iniciativas na esfera da educação em privação de liberdade (ONU; UNESCO, 1994, p. 71 *apud* JULIÃO, 2009, p. 201:(tradução do autor).

Nessa perspectiva, acredita-se que a convergência desses princípios pode contribuir para o processo de (re)integração do apenado à sociedade. No entanto, é importante que o contexto de execução penal, é distinto do espaço da escola em

ambiente regular, marcada por identidades próprias de relações, regras de convivência, disciplina e obediência comumente existentes em uma instituição escolar.

Nóvoa (1995) alerta-nos nesse sentido , ao afirmar que a escola é :

[...] dotada de uma *autonomia relativa*, como um *território intermédio* de decisão no domínio educativo, que não se limita a reproduzir as normas e os valores do *macrossistema*, mas que também não pode ser exclusivamente investida como um *microuniverso* dependente do jogo dos atores sociais em presença (p. 20, grifos do autor).

Ampliando essas ideias, afirma Zacarias (2006, p. 35) que: “A execução da pena implica uma política destinada à recuperação do preso, que é alçada de quem tem jurisdição sobre o estabelecimento onde ele está recluso.” Continua o autor:

Apesar de moderna, procurando racionalizar, desburocratizar e flexibilizar o funcionamento do sistema prisional, a Lei de Execuções Penais não tem produzido os resultados concretos almejados por seus autores e esperados pela sociedade. Tal ineficácia está na omissão do Poder Executivo que, procurando de todas as formas dirimir e eximir-se de suas obrigações básicas no plano social, até a presente data não houve investimentos necessários em escolas, em fábricas e fazendas-modelo, ou mesmo comércio; em pessoal especializado e em organizações encarregadas de encontrar postos de trabalho para os presos em regime semi-aberto e aberto, principalmente para os egressos dos estabelecimentos penais. Zacarias (2006, p. 35)

Tem-se por entendimento da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei da Execução Penal (LEP) que a educação é uma relevante assistência a ser oferecida ao sujeito cerceado de sua condição de liberdade como um meio de “[...] prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 1984).

Pergunta-se no entanto: Apenas ofertar a educação nas prisões como um instrumento de reabilitação, ou preceito de direito e de cumprimento dos princípios previstos na Constituição Federal de 1988, é suficiente para reabilitar ou socializar os apenados? Temos aí uma reflexão interessante a ser feita. E a resposta será possivelmente que não, embora contribua sobremaneira para tal.

Com vistas à implementação e consolidação de uma política nacional que busque garantir o direito a educação previsto na Lei de Execução Penais destacam-se a aprovação das Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário (CNPCCP) n.3, de 11 de março de 2009 (BRASIL,2009), e do Conselho Nacional de Educação (CNE) n.2, de 19 de maio de 2010 (BRASIL,2010) que regulamentam as

diretrizes nacionais para oferta de educação nos estabelecimentos penais. Para além da elevação de escolaridade, em ambas as resoluções a leitura destaca-se como essencial no processo educativo, sendo uma via de possibilidade de ressocialização para o indivíduo privado da liberdade.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), ao editar a Resolução de n. 03, de 11 de março de 2009, dispôs em seu art. 3º, inciso IV, que “a oferta de educação no contexto prisional deve estar associada às ações de fomento à leitura e a implementação ou recuperação de bibliotecas para atender à população carcerária e aos profissionais que trabalham nos estabelecimentos penais”.

É fato que a leitura labora com aspectos sensíveis das pessoas, provocando uma redimensão do tempo e um novo olhar em decorrência de uma nova leitura de mundo. No caso do detento, possivelmente ele passará a ocupar melhor o tempo, ou desenvolverá um olhar mais crítico e melhores competências facilitadoras de integração social, ampliação dos horizontes e do vocabulário, estimulando-o à pensar e agir com melhor integração à vida social mais harmônica, promovendo por sua vez o resgate da cidadania.

3 - Remição pela leitura: Da legislação à implementação

Os aspectos pragmáticos associados ao cumprimento de penas em cadeias apontam que estas são vistas e tratadas como verdadeiras fábricas de delinquentes, um espaço ao aprimoramento do crime. Vários fatores têm contribuído para isso, em que se destacam a superlotação, falta de ações preventivas ou interventivas relacionadas à saúde dos detentos, que vai desde uma comida de má qualidade, à limpeza e organização do ambiente. Sem deixar de descartar a importância dos procedimentos disciplinares, o fato é que algumas vezes estes são abusivos, desnecessários, e que podem gerar revolta, ampliar as sensações de injustiça e abandono, comprometendo em diversos aspectos os processos de remição e ressocialização dos apenados. Alguns autores defendem inclusive que a prisão é a instituição, às avessas, de um espaço ressocializador.

A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as

grandes contradições que existem no sistema social exterior (...). A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre a sua função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação. (MIRABETE, 2002, p. 24).

Em abril de 2008, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça, em parceria com os Estados e Federações o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, aprovou o plano que visa alcançar o compromisso com o sistema penitenciário mais humano, seguro e que atenda à legalidade com o tratamento básico a ser dispensado à pessoa em situação de encarceramento.

Nessa direção, o Departamento Penitenciário Nacional, órgão do Ministério da Justiça, disciplinou, através da Portaria n. 276, em 20 de julho de 2012, o projeto de remição pela leitura do Sistema Penitenciário Federal. Tal portaria orienta que o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para leitura de uma obra literária, apresentando ao final deste período uma resenha a respeito do assunto. Após avaliação, se dará a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras lidas e avaliadas, há possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade penitenciária.

No ano de 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou a Recomendação n. 44, que propõe a instituição, nos presídios estaduais e federais, de projetos específicos de incentivo à remição pela leitura. O fato é que nenhuma legislação, apenas pela força instituída não dá conta de abarcar todos os aspectos de sua implementação de forma eficiente e eficaz. É importante haver por parte de todos uma compreensão mais ampla, esclarecida e orientada das ações, objetivando uma melhor aplicabilidade. Nesse sentido, a Recomendação nº 44 de 26/11/2013 (BRASIL, 2013) que estabelece critérios sobre a possibilidade de remição de pena em presídios brasileiros através da leitura, orienta também ser necessário a realização de um trabalho de comprobatório e ações sistemáticas de leitura, bem como produção textual, objetivando ampliar as possibilidades educacionais complementares para os detentos.

Tal orientação possibilita a criação de ações, de propostas de trabalho educativo de remição pela leitura, que se configure em conformidade com a realidade e demandas dos sujeitos, e que possam favorecer o aprendizado e fortalecimento dos princípios de cidadania.

Caminhando à passos lentos no início de suas propostas, a aprovação da Lei que regulamenta o projeto Remição pela Leitura no sistema penitenciário nacional deu-se por meio da Resolução conjunta SEDS/TJMG nº204, de 08 de agosto de 2016, instituindo o Projeto Remição pela Leitura, em unidades prisionais, em que se vê um avanço dos direitos das Pessoas Privadas de Liberdade. Em uma dimensão mais larga, à partir do referido ano, por meio da leitura vários detentos passam a remir sua pena, ampliando a visão de mundo pelo acesso ao conhecimento, à cultura, expressos em obras literárias, filosóficas, científicas dentre outros acervos. A importância da leitura na vida das pessoas é indiscutível; porém acessá-la como um bem cultural ainda é um desafio em decorrência da falta de acesso, que inviabiliza e entrava a democratização da literatura.

No projeto de Remição pela Leitura, os detentos podem ter acesso a diversas obras literárias, como possibilidades de discuti-las, analisá-las, apreciá-las e exercitar os processos de leitura e escrita, com vistas ao letramento. Além de desenvolver-se intelectualmente pelo exercício de imaginação e estruturação cognitiva, entrarão em contato com emoções de diversos matizes, experiências estas muito importantes para a condição humana. Acredita-se que por meio da leitura, o apenado pode modificar seu futuro, dispondo-se a novas percepções da realidade, à aquisição de novos conhecimentos, que diminuirão sua pena e aumentarão sua autoestima.

O Projeto de Remição pela Leitura possibilita ao recuperando uma visão mais crítica de sua própria realidade, e das possibilidades transformadoras da ação calcada no bem comum. Na perspectiva de avanços e possibilidades frente ao Projeto de Remição pela leitura, faz importante levantar alguns questionamentos, expressos no documento.

Afinal, quem Pode Participar? Podem participar todos os detentos do sistema Prisional do Estado de Minas Gerais, inclusive nos casos de prisão cautelar, dando preferência àqueles que ainda não tem acesso ou não estão matriculados no sistema formal, Educação Profissional e Trabalho, disponibilizados no sistema Prisional do Estado de Minas Gerais.

A participação no Projeto Remição pela Leitura, é voluntária, devendo o recuperando se inscrever no NEP, Núcleo de Ensino e Profissionalização, nas respectivas unidades Prisionais. Um desafio se apresenta nessa proposta. Não temos, por via da Lei, definido questões de escolaridade dos alunos participantes. Não seria importante conhecer o nível de leitura e escrita que os detentos apresentam, para poder realizar suas atividades com qualidade? E mais, como proceder no caso de alunos com

dificuldade ou transtorno de leitura e escrita, com dislexia por exemplo, e que queira participar do projeto. É possível incluí-lo? Construir previamente um perfil linguístico pode se constituir como uma possibilidade para sucesso?

Segundo a proposta, o detento, ao participar do “Projeto Remição pela Leitura, deverá:

I – realizar a leitura de uma obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras;

II – elaborar uma resenha que será corrigida e avaliada pela comissão organizadora.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabeleceu que o prazo de leitura de cada obra deve ser de 21 a 30 dias. Cada resenha aprovada pode remir até quatro dias de pena.

Após a avaliação pela comissão organizadora, e se aprovada a resenha, esta será encaminhada ao Juiz responsável pela execução da pena para que seja concedida a remição ao apenado. Como desafio, podemos trazer algumas questões, tais como? As obras serão escolhidas pelos detentos ou definida pelos educadores. De onde essas obras serão escolhidas? Nos presídios há obras para todos os detentos participantes? Qual a qualidade das obras propostas? Caso um aluno leia mais de um livro por mês, poderá ver reduzida sua pena? Estruturar um plano de ação e trabalho a partir da realidade de cada sistema prisional e caso necessário, construir Projetos para a aquisição de obras literárias de qualidade.

Em relação à comissão organizadora, é de sua responsabilidade a previa seleção das obras. A Comissão organizadora será composta por no mínimo três integrantes:

I – um professor com nível de escolaridade superior, preferencialmente graduado em letras;

II – um profissional com qualquer curso superior;

III – um professor do NEP

Os integrantes assinarão um termo de responsabilidade informando que se caracteriza crime, se atestar com falsidade um pedido de remição.

Destacamos como desafio nessa proposta o envolvimento de profissionais de qualidade, com boa formação acadêmica e que queiram aderir voluntariamente ao projeto, visto que não há remuneração docente e nem ajuda de custo para tal. Outra questão é a de quebrar a ideia de que não se “deve dar nenhum benefício para preso” e sim os educadores devem investir seu tempo e trabalho naqueles que podem dar algum retorno à sociedade. Como possibilidade de incentivo aos profissionais, estão os grupos

de pesquisa constituídos a partir das experiências no presídio e os discursos de estímulo aos sujeitos para que contribuam em prol de uma sociedade melhor.

São competências da Comissão Organizadora:

- I - relacionar as obras literárias, clássicas, científicas, filosóficas, dentre outras, que compõem o acervo do Projeto "Remição pela Leitura";
- II - diversificar, anualmente, os títulos das obras do acervo do Projeto "Remição pela Leitura";
- III - orientar os detentos do Projeto "Remição pela Leitura" sobre como escrever, reescrever textos e síntese do conteúdo para a elaboração da resenha;
- IV - corrigir a versão final das resenhas; - emitir declaração quando solicitada, relativa à leitura das obras literárias, clássicas, científicas, filosóficas, dentre outras, contendo: nome das obras literárias lidas, nota obtida na resenha e quantidade de dias a serem remidos. Esta declaração atestará a participação do recuperando no projeto "Remição pela Leitura".

Destacamos como desafio para essa questão, que a Comissão trabalhe afinada, bem integrada, em permanente contato, com momentos de reunião e troca de experiências, para que os trabalhos tenham uma identidade comum em alguns aspectos para que haja a construção de uma identidade e visão coletiva. Como possibilidade isso ampliará a visão educacional sobre Educação prisional e enriquecerá, ampliará a compreensão sobre educação, dos educadores. Todos precisam conhecer bem as obras, compartilhar a leitura e provocar discussões acerca das temáticas surgidas.

Ao considerarmos que a leitura tem primordial importância no desenvolvimento humano, através dela, o sujeito forma sua identidade cultural. Durante a leitura, descobrimos um mundo novo. É através da leitura que enriquecemos nosso vocabulário, desenvolvemos nossa capacidade de interpretação e raciocínio. Tais benefícios atingem tanto alunos, quanto educadores, promovendo mudança em todos os envolvidos.

CONCLUSÃO

Ao levarmos em conta as dimensões contextuais onde ocorrem os processos educativos, espaço escolar e prisional, percebemos que a realidade do aluno pode ser mais determinante que o espaço em si. A educação é pensada de modo a incidir sobre a realidade do educando como o eixo central do processo, conforme expresso no Projeto de Remição pela leitura. Tal projeto revelou por sua organização metodológica (ainda em processo de

construção e efetivação em muitos espaços prisionais), que a educação é um processo dinâmico, inacabado, desafiador, porém muito instigante.

Mesmo em um ambiente totalmente hostil, que é o sistema prisional brasileiro, com tanta violência, de todas as formas, física e psicológica, com sérios problemas de superlotação, falta de atendimento médico, falta de políticas que realmente visem a finalidade da reclusão, qual seja: a recuperação e conseqüentemente ressocialização do indivíduo na sociedade, existem pessoas pensando e possivelmente fazendo educação de qualidade.

O estudo mostrou que, embora exista o Projeto de Remição pela Leitura desde os anos de 2012, foram (e ainda é) necessárias muitas ações para colocá-lo em prática com o devido cuidado e qualidade que ele merece. Somente após a Resolução n.44 de 2013, orientando melhor e especificando as ações é que houve um esforço para implantação nos presídios, implementada mais efetivamente em 2016 em alguns presídios, ou seja, apenas a Lei não garante, mas contribui sobremaneira.

Mostrou que as orientações da Resolução n.44 contribuem para uma maior autonomia na construção do trabalho de remição pela leitura, democratizando os processos educativos e criando ações ou adequando-as melhor aos objetivos e as realidades locais e regionais onde o projeto se desdobra..

Os desafios e possibilidades trazidos pela pesquisa aponta que os desafios são de natureza cultural (quebra de paradigmas), estrutural/material (condições de trabalho) e metodológica ou pedagógica, visto que a educação prisional está relativamente delineando sua identidade. Os desafios da remição e da ressocialização são imensos e não se encerram obviamente nessas reflexões, mas nos alertam e convocam a um permanente estudo sobre o tema de modo a contribuir para a busca de compreensões maiores sobre o assunto.

Em contrapartida, as possibilidades também são inúmeras e se dão sobretudo pelo olhar que se tem da condição do encarcerado. Vê-lo como um sujeito que merece e precisa de melhores oportunidades de vida, faz toda a diferença. As possibilidades são para alunos, detentos e educadores, que compartilham da diversidade de experiências. Duas dimensões são destacadas nesse estudo: a cognitiva e a relacional. Em relação ao conteúdo todos tendem a aprender o que não sabem e ampliam o que já conhecem, troca de saberes e experiências, estímulo à imaginação e criatividade, ampliar o vocabulário, melhorar a comunicação escrita e verbal. Quanto às relações, todos possivelmente

experimentalão: alteridade, respeito mútuo, ações colaborativas e compartilhadas, contato com a arte, cultura e princípios espirituais.

Pelo estudo foi possível entender que para efetivação das propostas de remição pela leitura é preciso que o Sistema Educacional dialogue bem com o Sistema Jurídico, num envolvimento co-partícipe de apoio e integração com vistas ao bem comum e recuperação dos sujeitos. Apontou para a importância de criar parcerias com a sociedade, com pessoas interessadas em contribuir e criar Projetos como frente de ação.

As discussões postas levantaram reflexões em torno dos processos avaliativos, expressos de maneira simplista na lei de remissão pela leitura, indicando que esta deve ser cuidadosamente pensada e efetivada nos espaços.

A leitura, por si só é uma ação libertadora para todos os sujeitos, a literatura cura e faz sonhar, preceitos indispensáveis na vida dos encarcerados (e também de todos os outros), e assim ela dialoga com a busca por redimir-se. As temáticas provocadas pela literatura, trazidas ao debate por meio de rodas de conversa, num exercício de escuta, acolhimento e trocas, são curativos e remissivos, e nos convocada à dar credibilidade ao Projeto. A leitura derruba as grades. Pode-se tolher a liberdade do ser humano, sua possibilidade de locomoção, dentre tantos cerceamentos, mas mesmo enclausurado, por meio da leitura temos a oportunidade de alçar vôo através de nossos pensamentos.....

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação nº 44 de 26/11/2013**. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Disponível em: <cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235>. Acesso em: 08 de jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a lei da Execução Penal. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Brasília, DF, 13 jul. 1984.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e

dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao *caput* do art. 214, com a inserção neste dispositivo do inciso VI. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Brasília, DF, 11 nov. 2009

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade: desafios para a política de reinserção social. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 1, p. 39-45, abr. 2008.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 6 jun. 2018

MIRABETE, Júlio Fabrini. **Execução Penal**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NÓVOA, Antônio. Para uma análise das instituições escolares. In: _____ (Coord.). **As organizações escolares em análise**. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. p. 13- 43.

PORTARIA CONJUNTA JF/DEPEN N.º 276, de 20 de junho de 2012. Disciplina o **Projeto da Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal**. Disponível em :
< <https://www.conjur.com.br/dl/portaria-conjunta-jf-depen.pdf> Acesso em 16 de jun.2018

Resolução do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica nº 02, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimento penais. **Diário Oficial [da República Federtiva do Brasil]**. Brasília, DF, 20 maio 2010, seção 1, p. 20.

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. **Execução Penal Comentada**. 2 ed. São Paulo: Tend Ler, 2006.